

FOME ZERO: ENTRE A DIGNIDADE, A CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO

FOME ZERO: ENTRE DIGNIDAD, CIUDADANÍA Y PARTICIPACIÓN

FOME ZERO: AMONG DIGNITY, CITIZENSHIP AND PARTICIPATION



Mariana VASCONCELOS¹

e-mail: mariana.vasconcelos@unesp.br



Carla Gandini Gianni MARTELLI²

e-mail: carla.martelli@unesp.br

Como referenciar este artigo:

VASCONCELOS, M.; MARTELLI, C. G. G. Fome zero: entre a dignidade, a cidadania e a participação. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 14, n. 00, e025009, 2025. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v14i00.19824



| **Submetido em:** 17/11/2024

| **Revisões requeridas em:** 11/12/2025

| **Aprovado em:** 20/12/2025

| **Publicado em:** 29/12/2025

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Graduanda em Ciências Sociais.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professora da graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/FCLAr.

RESUMO: O presente artigo procura analisar como a política pública do Programa Fome Zero atuou no combate à fome e à insegurança alimentar no Brasil. Para tanto, foi realizada uma análise processual que investigou os antecedentes do programa, com o contexto histórico que culminou na sua criação; o desenvolvimento deste, levantando seus objetivos e estruturação; e o cenário posterior ao programa, com foco no quadro político vigente que, como demonstrado, influenciou nos índices de insegurança alimentar. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, utilizando autores referência da pesquisa em políticas públicas, analisadas a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo. De maneira geral, o Programa Fome Zero foi uma importante política pública alimentar, mas sem a continuidade desta pauta na agenda governamental, os resultados tendem a se perder à longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Fome Zero. Políticas públicas. Cidadania. Participação.

***RESUMEN:** Este artículo busca analizar cómo funcionó la política pública del Programa Hambre Cero para combatir el hambre y la inseguridad alimentaria en Brasil. Para ello se realizó un análisis procedimental que investigó los antecedentes del programa, con el contexto histórico que culminó en su creación; el desarrollo de éste, planteando sus objetivos y estructuración; y el escenario posterior al programa, centrándose en el marco político actual que, como se ha demostrado, influyó en las tasas de inseguridad alimentaria. La metodología utilizada fue una revisión bibliográfica, utilizando autores de referencia de investigaciones en políticas públicas, analizadas desde la perspectiva del neoinstitucionalismo. En general, el Programa Hambre Cero fue una política pública alimentaria importante, pero sin la continuidad de este tema en la agenda gubernamental, los resultados tienden a perderse en el largo plazo.*

***PALABRAS CLAVE:** Programa Fome Zero. Políticas públicas. Ciudadanía. Participación.*

***ABSTRACT:** This article aims to analyze how the public policy of 'Programa Fome Zero' acted in fighting hunger and food insecurity in Brazil. Therefore, a procedural analysis was carried out that investigated the previous background of the program, with the historical context that culminated in its creation; its development, raising its objectives and structuring; and the scenario after the program, focusing on the current political structure that, as shown, influenced food insecurity indicators. The methodology used was a bibliographic review, using reference authors in public policies research, analyzed by neoinstitutionalist perspective. In general, the 'Programa Fome Zero' was an important public food policy, but without keeping this subject on governmental agenda, the results tend to be lost in the long term.*

***KEYWORDS:** Fome Zero program. Public Policies. Citizenship. Participation.*

Introdução

No estudo da área de políticas públicas, é comum a produção de trabalhos que analisem o processo de elaboração, implementação e resultados de uma intervenção feita pelo Estado para sua população. Esta avaliação é imprescindível para que sejam mensurados os impactos causados pela política, vendo sua viabilidade social, financeira e governamental.

Isto posto, o presente trabalho surge motivado pela necessidade de realizar estudos sobre políticas específicas, que marcaram a história do país. O artigo propõe investigar processualmente a trajetória de concepção e desenvolvimento do programa Fome Zero, política pública criada em 2003 a fim de suprimir o quadro de desnutrição e insegurança alimentar que marcava o Brasil naquele momento. Ou seja, analisar a processualidade entre os contextos históricos que contribuíram para a criação do Fome Zero como um programa marcante da área de políticas públicas brasileiras.

Para tanto, foi empregada a metodologia de revisão bibliográfica sobre autores relevantes no tema da insegurança alimentar, do Fome Zero e das políticas públicas. Foram levantados diversos textos acadêmicos que dialogassem com a temática interessada e, após leitura e refinamento dos objetivos do estudo, foram selecionados os trabalhos que compõem este artigo como referencial teórico. A partir disso, foi possível traçar as análises aqui expostas, inclusive a partir de dados empíricos e quantitativos presentes na literatura utilizada — portanto, as figuras e dados ao longo do texto são provenientes da bibliografia selecionada e referenciada ao final.

Além disso, a base teórica utilizada na investigação está baseada na tradição neoinstitucionalista, que considera a importância das instituições na determinação de políticas e decisões (Peres, 2008). Assim, no âmbito dos estudos de políticas públicas, essa abordagem enfatiza a maneira pela qual o desenho institucional pode contribuir para a promoção e os resultados de determinada ação. Como apresentado a seguir, o contexto de implementação do Fome Zero encontrou uma janela de oportunidade (Capella, 2007) para desenvolver-se com bons resultados, relacionando-se com a característica assumida pelas instituições naquele contexto governamental, como indica a tradição neoinstitucional.

O desenvolvimento do trabalho se divide em três momentos: o primeiro retrata o quadro de insegurança alimentar que caracterizou a realidade brasileira em grande medida no Brasil até 2003, através das contribuições de Castro (1961; 1984), Carvalho (2001), Brito e Baptista (2021) e Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010); em seguida, é apresentado o Fome Zero enquanto política pública dedicada a resolver essa problemática, sua organização e execução, junto dos

trabalhos de Aranha (2010), Schwarcz (2019), Cortes (2011), Fonseca *et al.* (2021) e Peliano (2010); por fim, é delineado o quadro em que a fome e a desnutrição se estabelecem contemporaneamente, a partir de Romão, Bezerra e Rodrigues (2021) e Salles-Costa (2022). Ademais, há a presença de Capella (2007) embasando a metodologia de pesquisa em políticas públicas, bem como falas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003; 2023), ator político que esteve na gestão federal nos dois momentos em que a política contra a fome no Brasil ganhou um caráter mais acentuado (Brito; Baptista, 2021).

Em síntese, o problema da fome é marca histórica do contexto brasileiro, e o Fome Zero, situado espacial e cronologicamente no trabalho, foi uma importante ferramenta de redução das desigualdades, além do aumento da inserção social da população e de seu relacionamento com o Estado, como há de ser mais bem desenvolvido a seguir.

Antecedentes: a questão da fome no Brasil

A formação e desenvolvimento da sociedade brasileira aconteceu de maneira muito particular em relação aos demais países do mesmo continente, em razão das particularidades políticas, históricas e geográficas que marcam sua cronologia. Assim, alguns problemas tornam-se presentes na realidade de subdesenvolvimento do Brasil, tais como a desigualdade, a miséria e a fome.

Nesse sentido, Josué de Castro (1961; 1984) dedicou parte de sua obra a analisar a questão da fome no Brasil, entendendo-a como um fenômeno social. O que Castro essencialmente faz é deslocar a explicação até então adotada de que fome seria resultado de fenômenos naturais e intempéries, para transformá-la em um problema de ordem política e econômica. Ou seja, o autor acredita que são escolhas, racionalmente adotadas pelo Estado, que criam condições deterioradas de produção e distribuição dos alimentos, originando um cenário de insegurança alimentar num país cuja economia é orientada majoritariamente pela exportação de produtos primários (Castro, 1984). Dotada de sentido nutricional, mas sobretudo político e social, a fome pode ser analisada nos estudos de Ciências Sociais a partir de Castro (1961):

[...] o fenômeno da fome coletiva — da fome que atinge endêmica e epidemicamente grandes massas humanas [...] da chamada fome oculta, na qual, pela falta de determinados princípios nutritivos indispensáveis à vida, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (Castro, 1961, p. 76-77).

Assim, Castro segue sua argumentação sendo enfático quanto ao papel do Estado em criar tal realidade, mas também no de solucioná-la, através de uma política econômica e social bem fundamentada pela criação de programas sociais. Para o autor, não há como resolver o desequilíbrio existente por meio de um desenvolvimento econômico se este estiver destituído de um desenvolvimento social (Castro, 1984).

No que tange à construção de políticas públicas, portanto, é após a Constituição Federal de 1988 que haverá maior abertura para criação de programas de distribuição e de participação social. Entretanto, mesmo com essas flexibilizações, o Brasil ainda estaria atrasado em relação a outros países do ocidente em termos de cidadania (Carvalho, 2001). O trabalho de Brito e Baptista (2021) analisa como a questão da fome se insere no debate político a partir da redemocratização. As autoras sintetizam como cada período político significou e se utilizou da problemática da fome, articulando o contexto e os documentos-chave da área para cada momento analisado.

De maneira geral, de 1986 a 1994 a fome entra no debate político como um problema, com ações mais enfáticas apenas após 1993, sob o governo de Itamar Franco e sua articulação com Herbet de Souza (Betinho). De 1995 a 2002, governo de Fernando Henrique Cardoso, a fome é caracterizada pelas autoras como um tema da disputa política — é apenas a partir de 2003 que, de acordo com Brito e Baptista, a fome se configura enquanto uma prioridade da agenda, no então governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Este é o momento no qual passa a haver, como afirmou o líder do Executivo, uma “[...] retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social” (Lula, 2003).

Assim, Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010) caracterizam o cenário encontrado pela gestão federal em 2003 como de “[...] avançada descaracterização dos direitos, duramente conquistados pelas lutas sociais, reduzidos paulatinamente à esfera do voluntarismo, do favor e deslocados para a insólita e descontinuada base solidária de atendimento a cargo da sociedade” (Tapajós; Rodrigues; Coelho, 2010, p. 44). Essa janela de oportunidade (Capella, 2007) cria a possibilidade de implementação e execução de políticas públicas sobre o tema, abrindo a agenda para a concretização do Programa Fome Zero.

Programa Fome Zero: constituição e desenvolvimento

De acordo com Peliano (2010), é possível recuperar historicamente políticas de segurança alimentar no Brasil desde 1940, com programas como o Serviço Central de

Alimentação e o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que são basilares para a compreensão das ações contra a fome no país. A segunda efetivação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição configura mais um marco para esse quadro histórico, ao trazer a pequena produção rural para o centro da iniciativa de políticas públicas. Após 1990, entretanto, os diversos programas de combate à fome desenvolvidos até então foram limitados ou interrompidos (Peliano, 2010).

É assim que, em 2003, surge o Programa Fome Zero como uma iniciativa do Governo Federal de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011), que já durante a campanha e desde o início do seu mandato teve a questão da fome como pauta central de sua agenda, como fica evidente em seu programa de governo (Lula, 2002). O Fome Zero começa inicialmente como um programa e, conforme expande seu escopo de atuação, se consolida enquanto uma estratégia, que nacionalmente integra iniciativas voltadas para a alimentação, seja na produção, abastecimento ou acesso (Aranha, 2010).

Assim, o público-alvo do programa, de acordo com Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010), se concentrou, inicialmente, em pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, ampliando-se progressivamente para outras pessoas vulneráveis socialmente. Os indicadores de acompanhamento associados ao Fome Zero são os indicadores sociais tipicamente observados: índice de Gini, pobreza, pobreza extrema e desnutrição infantil (Aranha, 2010).

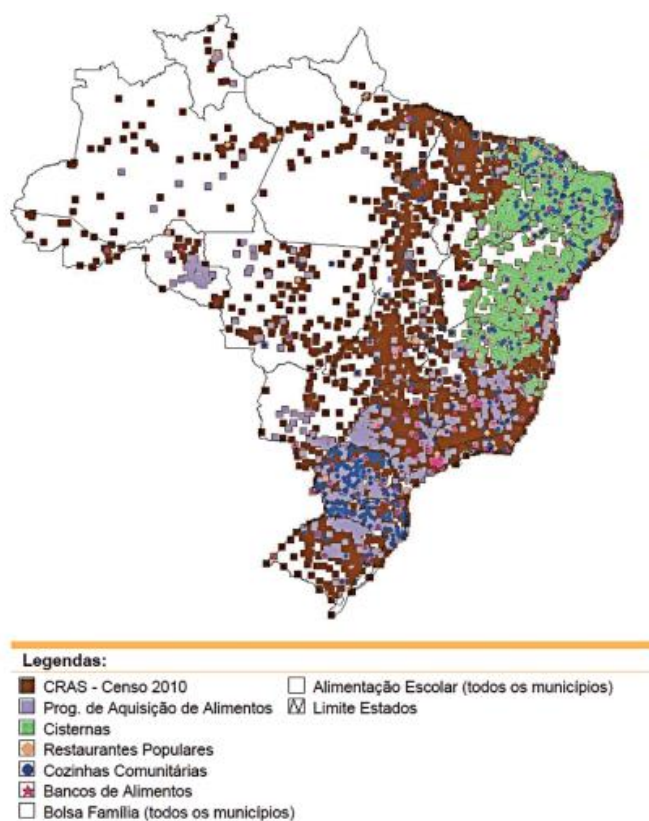
Deste modo, os eixos da iniciativa envolvem o incentivo à agricultura familiar e a geração de renda, o que contribui para a diversificação do Fome Zero, dedicado não apenas à erradicação da fome, mas também à redução da desigualdade social (Aranha, 2010). Como elaborado por Schwarcz (2019), a desigualdade é uma herança histórica da realidade brasileira, e não se restringe apenas à desigualdade social, mas também de renda, gênero e oportunidades — que implicam na dificuldade de acesso a elementos básicos da sobrevivência, como, por exemplo, a alimentação.

Nesse sentido, portanto, o Programa Fome Zero ainda funciona como um mecanismo de investigação social, uma vez que atende nacionalmente às diferentes necessidades particulares de cada região, de acordo com as condições familiares e dos trabalhadores rurais. Para tanto, foram mobilizados agentes da federação, estados e municípios, trabalho este que resultou em uma melhora dos indicadores sociais de miséria, insegurança alimentar e desnutrição (Aranha, 2010).

Na prática, as ações do Fome Zero também objetivam políticas de financiamento, como a ampliação do Programa Bolsa Família e do Programa de Financiamento da Agricultura

Familiar; de geração de renda, através da qualificação profissional e da valorização da economia solidária; e de mobilização social com a criação de conselhos e centros de referência. Um exemplo de atividade desenvolvida no âmbito do Fome Zero foi a instalação de cisternas familiares na região do semiárido, que enfrenta dificuldades de abastecimento pela baixa e concentrada frequência de chuvas (Aranha, 2010). A Figura 1 ilustra as ações do programa Fome Zero e sua distribuição pelo território nacional:

Figura 1 – Ações do Fome Zero no Brasil, 2010



Fonte: matriz de informação social — SAGI/MDS/2010. Extraído de Aranha (2010, p. 88).

Como é possível observar, as ações do programa se espalham pelo território, havendo cobertura completa do país com as ações do Bolsa Família e da Alimentação Escolar. Todas as ações ilustradas na Figura 1 são coordenadas visando a erradicação do quadro de fome no país — daí a importância de distribuir as políticas pelos estados de acordo com as diferentes necessidades apresentadas territorialmente.

No que tange essa atuação do Fome Zero, a principal instituição para promover a mobilização social — um dos objetivos do programa citado acima — é o Conselho Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A participação social tornou-se pauta de reivindicações importantes conforme os avanços da Constituição Federal de 1988, que trouxe mudanças significativas para o padrão de relacionamento entre sociedade e Estado (Cortes, 2011).

Assim, a motivação do CONSEA era aumentar a inserção populacional nesta política pública, aproximando o público-alvo das etapas de planejamento e execução. Isso implicou uma recuperação da cidadania e da participação há muito perdidas, além de entender o fenômeno da fome como uma questão política (Peliano, 2010), como sugerido por Castro.

Cabe ressaltar que a questão participativa, no âmbito das políticas públicas, é assunto privilegiado de discussões, uma vez que esta contribui para a legitimidade do regime democrático e da construção cultural da política enquanto atividade (Cortes, 2011). Fonseca *et al.* (2021) mostram a função da participação ao recuperarem a trajetória desta construção no período de 2010 a 2020. Eles afirmam que os dez primeiros anos do século XXI tiveram grande transformação na política institucional democrática do Brasil, especialmente através da ampliação dos canais de participação social nas políticas públicas (Fonseca *et al.*, 2021). Esse período de análise abarca o Fome Zero e suas intervenções, revelando as contribuições do programa para o contexto brasileiro para além da questão alimentar.

No que se refere a estes avanços, o acompanhamento dos indicadores sociais também demonstrou progressivas alterações na estrutura social. De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, de 1997 a 2007, a desnutrição infantil, com amostra de crianças menores de cinco anos, diminuiu de 13% para 7% no período de 10 anos (Aranha, 2010). Mais do que a fome, a insegurança alimentar é caracterizada por um acesso irregular à alimentação, seja pela frequência ou pela insuficiência nutricional.

Em suma, o Fome Zero se configura como uma política pública polissêmica, em seus objetivos, atores e ações. Os múltiplos sentidos adotados na sua concepção estavam de acordo com as variadas problemáticas que precisavam ser acauteladas, para além da prioridade na alimentação. Os resultados do programa, como a redução da desnutrição infantil supracitada, além de diversos outros indicadores explorados na literatura do tema, salientam um panorama positivo desta intervenção.

Perspectivas pós implementação do Fome Zero: a questão da fome no Brasil contemporâneo

A partir da leitura de Capella (2007), mudanças na agenda política, como transições governamentais, por exemplo, refletem em mudanças na janela de oportunidades para determinados temas de políticas públicas. Nesse sentido, portanto, o cenário de transformação política entre 2016 e 2022 acabou por retirar a fome das prioridades do plano programático. Tal mudança política implicou alterações significativas na realidade brasileira, tendo em vista especialmente os múltiplos avanços proporcionados pelo Fome Zero. Este trabalho coloca luz a dois desses retrocessos que aconteceram neste íterim: a queda dos índices alimentares e socioeconômicos e o desmonte da estrutura participativa.

No que diz respeito ao desmonte da participação, o CONSEA, anteriormente apresentado como principal ferramenta para garantir um relacionamento entre Estado e sociedade dentro do Fome Zero, foi extinto pela Medida Provisória 870, de 01/01/2019, ação realizada no primeiro dia do mandato de Jair Bolsonaro (2019–2022). Esta ser uma das primeiras ações do governo reflete o caráter das decisões que seriam tomadas adiante, e foi apenas a primeira destituição da participação, havendo subsequentes extinções ou esvaziamento de entidades e órgãos colegiados, como é apresentado por Romão, Bezerra e Rodrigues (2021). Os autores tiram por conclusão que limitar a participação é também limitar a elaboração de políticas públicas — fato que pode ser verificado nos quatro anos seguintes (Romão; Bezerra; Rodrigues, 2021).

No que se refere à questão da fome, especificamente, as estatísticas indicam queda acentuada do progresso estabelecido no combate à insegurança alimentar e nutricional. Os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios de 2004 e 2013, e da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2018, organizados por Salles-Costa (2022) indicam que, até 2013, o quadro de segurança alimentar aumentou conforme o índice de insegurança diminuiu. Porém, de 2013 a 2018, o panorama se inverte: a segurança alimentar diminui ao passo que a insegurança alimentar aumenta (Salles-Costa, 2022).

Assim, a autora analisa essa situação entendendo que o cenário apresentado graficamente é o que encontrará a pandemia de covid-19 dois anos depois, fenômeno que contribuiu significativamente para a diminuição da qualidade de vida até então. Em seu trabalho, ela define exatamente o que se entende por insegurança alimentar, podendo esta ser entendida como o acesso à alimentação, em quantidade e frequência adequadas, de modo a não prejudicar a garantia de outras necessidades básicas. Além disso, a autora se preocupa também

em ressaltar a alimentação enquanto um direito humano fundamental, cuja preservação é função do Estado (Salles-Costa, 2022). Sua conclusão é de que:

O Brasil é historicamente marcado pelas desigualdades no acesso à alimentação. Entre 2004 e 2013, observamos que essa situação se modificava, pela garantia do DHAA³ e redução expressiva da fome: no período, a proporção de insegurança alimentar grave, que expressa a fome da população, reduziu-se progressivamente, atingindo menor patamar em 2013. A participação ativa do Consea sobre a importância do uso de indicadores de SAN⁴ no país e o diálogo com o governo federal sobre as políticas de SAN contribuíram para o debate interdisciplinar no entendimento das iniquidades sociais e em saúde, e para a redução da insegurança alimentar (Salles-Costa, 2022, p. 88).

Portanto, ficam evidentes as consequências da não priorização da fome nas ações do governo, e a maneira como um contexto político favorável traz grandes prerrogativas de mudança. Diante do panorama contemporâneo, o cenário eleitoral mais recente abre novamente uma perspectiva semelhante à encontrada pelo Fome Zero em 2003, tendo como uma das primeiras ações no dia 01/01/2023 a recriação do CONSEA, partindo do pressuposto de que “[...] não seria justo nem correto pedir paciência a quem tem fome” (Lula, 2023).

Considerações finais

Diante de um quadro político e econômico inconstante como o brasileiro, são muitas as dificuldades em implementar políticas públicas de longo prazo e que possuam resultados perenes para a população. O acompanhamento de indicadores sociais, diante disso, reflete boa parte das condições em que se encontram a sociedade, seja em relação à renda familiar, acesso à saúde de qualidade, analfabetismo ou segurança alimentar.

Dessa forma, o presente trabalho buscou sumarizar como o Fome Zero foi uma política desenhada a fim de eliminar o problema social da fome e suas implicações. Ou seja, mais do que combater a insegurança alimentar e nutricional, o Fome Zero buscou agregar a outros indicadores, como o de desigualdade, profissionalização e participação. Isso representa mais do que a recuperação da dignidade humana, entendida aqui essencialmente pelo acesso à alimentação em qualidade e quantidades necessárias, mas também da cidadania, uma vez que a participação social é inviabilizada em cenários de escassez.

³ Direito Humano à Alimentação Adequada.

⁴ Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesse sentido, foi adotada uma perspectiva processual de análise que procurou revelar, em três momentos, porque o tema da fome ganha relevância, como a perde e como volta a ser relevante. O desenvolvimento do trabalho se deu por meio de uma revisão bibliográfica da literatura levantada sobre o tema, com materiais que contextualizassem o objeto de maneira geral e aprofundassem temas específicos que foram levantados no decorrer da argumentação.

Assim, Castro (1961; 1984) foi o primeiro autor utilizado, uma vez que foi pioneiro na análise da fome enquanto um problema de ordem social, reflexo das decisões políticas e econômicas do Estado. Carvalho (2001), Brito e Baptista (2021) e Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010) auxiliam na criação dos antecedentes de uma política pública específica para o término da desnutrição, neste caso, o Fome Zero. Para entender o programa e suas contribuições, foram recuperadas sua estrutura, objetivos e ações em material desenvolvido pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no qual os textos de Aranha (2010) e Peliano (2010) contribuíram essencialmente.

Em seguida, o entendimento de Schwarcz (2019) sobre desigualdade aparece situando a fome enquanto uma de suas facetas, e introduzindo a discussão sobre participação social, que será complementada pelas contribuições de Cortes (2011) e Fonseca *et al.* (2021). No âmbito do Fome zero, a participação foi aspecto exímio na constituição do programa, que tinha por objetivo aumentar a interação entre a sociedade e o Estado, centrada na criação do CONSEA. Também são apresentados alguns dos resultados da maior participação e do avanço de índices socioeconômicos causados pelo programa, a partir do que foi detalhado por Aranha (2010).

Por fim, foi exposto como se encontra a questão da fome no Brasil na contemporaneidade, findada a iniciativa e suas conquistas. A leitura de Romão, Bezerra e Rodrigues (2021) e Salles-Costa (2022) evidenciam um quadro de desmonte e retrocesso, nos termos de participação e combate à insegurança alimentar, que haviam sido conquistados a duras penas no período de 2003 a 2016. A mudança de governo tirou do escopo políticas de igualdade e redistribuição, o que fortaleceu o aumento da desnutrição no país.

De tal modo, é notória a importância de uma gestão federal que esteja preocupada com essas demandas, o que justifica a ocorrência de falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003; 2023) no momento em que assume a primeira presidência em 2003 e instaura o Fome Zero, e novamente quando retoma ao cargo, em 2023, e encontra um cenário em que a fome retorna com mais força e demandando novas soluções.

Em suma, o Fome Zero possui uma importância fundamental dentro do contexto brasileiro, tendo contribuído com práticas que marcaram a população e seus indicadores de

pobreza e desnutrição infantil ao longo de mais de uma década. Entretanto, é necessário que tais medidas sejam continuamente implementadas, entendidas de fato como um pilar para o desenvolvimento do país, desenhando as instituições para agir em prol dos resultados das políticas públicas implementadas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, A. V. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *In: HOCHMAN, G. et al. (org.). Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CASTRO, J. **Geopolítica da fome**: ensaios sobre os problemas da alimentação e da população do mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 1961.
- CORTES, S. V. As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. *In: PIRES, R. R. C. Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/instituies%20participativas%20nas%20ultimas%20dcadas.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- FONSECA, I. F. *et al.* A Trajetória da Participação Social no Governo Federal: uma leitura a partir da produção bibliográfica do Ipea (2010–2020). **Ipea: Boletim de Análise Político Institucional**, Brasília, n. 29, jun. 2021.
- LULA. **Programa de Governo 2002**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.
- LULA. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília, DF, 1 jan. 2003.
- LULA. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília, DF, 1 jan. 2023.
- PELIANO, A. M. M. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PERES, P. S. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, out. 2008. Disponível em: 10.1590/S0102-69092008000300005. Acesso em: 2 fev. 2023.

ROMÃO, W.; BEZERRA, C.; RODRIGUES, M. O desmonte da participação social. **A Terra é redonda**, São Paulo, 11 abr. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-desmonte-da-participacao-social/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SALLES-COSTA, R. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (org.). **Da fome a fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

SCHWARCZ, L. M. Desigualdade social. In: SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M.; COELHO, M. F. P. Desafios sociais no Brasil em 2003: da exclusão à cidadania. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não se aplica.
 - ☐ **Financiamento:** Não se aplica.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** As autoras foram responsáveis pela estruturação, escrita e análise dos dados presentes no artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

